

COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2022 (Do Sr. Alexandre Padilha)

Requer a realização Audiência Pública para discussão do tema: “A importância da continuidade da Lei de Incentivo ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD)”.

O Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, a realização de Audiência Pública para debater “A importância da continuidade da Lei de Incentivo ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD)”.

Para debater o tema, convidamos:

- 1- representante da Plataforma Mrosc;
- 2- Representante Instituto Jô Clemente;
- 3-Representante Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural;
- 4- Representante do Ministério da Economia;
- 5- Representante do Ministério da Saúde;
- 6- Aline Akemi de Freitas, advogada e especialista em terceiro

setor.



JUSTIFICAÇÃO

A interrupção da Lei de Incentivo ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) está prejudicando centenas de organizações sem fins lucrativos em todo o país que não podem captar recursos para novos projetos. Com o intuito de expandir a oferta da prestação dos serviços médicos, hospitalares e assistenciais e apoiar campos de atuação que atualmente as organizações da área da saúde não têm recursos, os programas trouxeram grandes avanços no setor filantrópico no Brasil.

No entanto, existe a possibilidade de prorrogação do prazo do PRONON e PRONAS/PCD, com o Projeto de Lei 5307/20, que já foi aprovado no Senado Federal e a proposta está sendo analisada na Câmara dos Deputados. A prorrogação traria recursos para fundos de incentivos a ações de entidades privadas sem fins lucrativos que atuam no tratamento do câncer e de pessoas com deficiência, através da dedução do Imposto de Renda (IR) até o ano-calendário de 2025, para PF, e até 2026, para PJ. Até o momento, o PL está parado e não há movimentação no processo desde agosto de 2021.

As entidades que atuam nesses setores estão mobilizando esforços e promovendo debates em todo país para fortalecer a importância desta renovação que beneficiará milhares de organizações. Deste modo, a audiência pública poderia trazer elementos novos para qualificação e intervenção desta Comissão em tão relevante tema.

O Hospital Pequeno Príncipe, localizado em Curitiba (PR), é referência nacional no atendimento a crianças e adolescentes no Brasil, com mais de 30 especialidades, e é uma das organizações que foram atingidas pelo fim dos programas. Para Rodrigo Bonfim, coordenador de relações institucionais da organização, foi muito importante usar os recursos conquistados pelo PRONON e PRONAS/PCD nos últimos anos. “Nos primeiros anos, conseguimos aprovar projetos nos dois programas, depois foi diminuindo e sentimos o impacto. Utilizamos os recursos para investir em pesquisas, assistência e formação que continuam trazendo frutos para crianças do Brasil



inteiro. Talvez muitas pessoas ainda não tenham percebido todo o potencial dos programas”.¹

Bonfim também acrescenta que o setor filantrópico é muito importante para a saúde no país. “A interrupção do programa para o Pequeno Príncipe, por exemplo, mesmo com o declínio de projetos aprovados nos últimos anos, é um impacto muito importante e fundamental para continuar avançando na assistência oferecida. Com estes recursos, nós conseguimos realizar inovação e ampliação, tendo a oportunidade de atender vazios assistenciais. Precisamos desses programas para avançar”, comenta.

“Quando a gente pensa no impacto para crianças e adolescentes com os programas, não podemos esquecer o subfinanciamento do SUS. Quando precisamos inovar, comprar um equipamento novo ou implantar uma tecnologia nova, não existe esta operação, corriqueiramente, prevista pelo SUS. Nós precisamos de programas como estes para termos a oportunidade de implementar mudanças e avançar”, complementa o coordenador do Hospital Pequeno Príncipe.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 02 de maio de 2022

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP

1 <https://captadores.org.br/abcr/interruptao-do-pronon-e-pronas-pcd-prejudica-programas-para-tratamento-de-cancer-e-de-pessoas-com-deficiencia-em-todo-o-pais/>

